



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
COLÉGIO DE DIRIGENTES
Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES
27 3357-7500 – ramal 1070

Ata da reunião do Colégio de Dirigentes do Ifes

27 de abril de 2018

No dia vinte e sete de abril de dois mil e dezoito, reuniu-se o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às nove horas, na Fábrica de Ideias, sob presidência do Reitor Jadir José Pela, com a presença dos seguintes membros: da Pró-reitoria de Extensão, Sr. Renato Tannure Rotta de Almeida; da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Sr. André Romero da Silva; da Pró-reitoria de Ensino, Sra. Adriana Piontkovsky Barcellos; da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, Sr. Luciano de Oliveira Toledo; do Centro de Referência em Educação Empreendedora e Inovação Aberta (CREIA), Sr. Tadeu Pissinatti Sant'anna; do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância, Sra. Vanessa Battestin Nunes; da Diretoria de Planejamento, Sr. Marcelo Teboldi Machado; da Diretoria de Tecnologia da Informação, Sr. Johnathan Dezan Vago; da Diretoria Executiva, Sra. Danielli Veiga Carneiro Sondermann; do *campus* Alegre, Sra. Maria Valdete Santos Tannure; do *campus* Aracruz, Sr. Augusto César Machado Ramos; do *campus* Barra de São Francisco, Sr. José Alexandre de Souza Gadioli; do *campus* Cachoeiro do Itapemirim, Sr. Edson Maciel Peixoto; do *campus* Cariacica, Sr. Lodovico Ortlieb Faria; do *campus* Centro-Serrano, Sr. Wagner Poltroniere Entringer; do *campus* Colatina, Sr. Octávio Cavalari Júnior; do *campus* Guarapari, Sr. Gibson Dall'Orto Muniz da Silva; do *campus* Itapina, Sr. Fábio Lyrio Santos; do *campus* Linhares, Sra. Sandra Mara Mendes da Silva Bassani; do *campus* Montanha, Sr. André dos Santos Sampaio; do *campus* Nova Venécia, Sr. Anderson Rozeno Bozzetti Batista; do *campus* Piúma, Sr. Marcelo Fanttini Polese; do Polo de Inovação Vitória, Sr. Marcelo Lucas Pereira Machado; do *campus* Santa Teresa, Sra. Walkyria Barcelos Sperandio; do *campus* São Mateus, Sr. Aloísio Ramos da Paixão; do *campus* Serra, Sr. José Geraldo Neves Orlandi; do *campus* Venda Nova do Imigrante, Sr. Aloísio Carnielli; do *campus* Viana, Sra. Edna dos Reis; do *campus* Vila Velha, Sr. Diemerson Saqueto; do *campus* Vitória, Sr. Hudson Luiz Côgo. O Presidente abre a reunião, cumprimenta os presentes, a seguir faz leitura da minuta da pauta, com os seguintes itens: **1. Informes;** **2. Apreciação processo 23147.005629/2017-33 – proposta de alteração na resolução 29/2013 – regulamento interno da CPA Ifes;** **3. Apreciação processo 23545.000845/2016-19 – Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do *campus* Montanha;** **4. Análise da proposta de alteração da Resolução 25/2013 – uso de imóveis residenciais;** **5. Processo de Gestão de Incubadora de Empreendimentos de Base Tecnológica e Social no Instituto Federal do Espírito Santo;** **6. Apresentação conjunta da Ouvidoria, Assessoria Processual, Comissão de Ética e Auditoria Interna;** **7. Apresentação da ACS sobre posicionamento institucional sobre as eleições 2018;** **8. Apresentação da ferramenta Edição de Conteúdo;** **9. Informações Pró-reitoria de Ensino - a) Reformulações das Resoluções do CEFETES no âmbito do ensino b) Supressão do Paragrafo 1º do artigo 23 da Resolução 55/2017 – Fonapne;** **10. Contextualização sobre o Planejamento Estratégico.** A seguir, o Presidente abre o **item 1** e apresenta a nova diretora executiva, professora Danielli Veiga Carneiro Sondermann, que substitui a professora Ana Maria Quirino que, ao possuir todos

os requisitos, optou pela aposentadoria. A diretora Danielli cumprimenta os presentes, colocando-se à disposição de todos. O Presidente agradece publicamente a contribuição da professora Ana Maria Quirino para a Instituição, destacando as diversas funções por ela realizadas durante sua vida profissional, tanto no âmbito acadêmico quanto no administrativo, as quais sempre foram exercidas com zelo e competência. Divulga que o professor Tadeu Pissinatti assumiu a incumbência de conduzir a Fábrica de Ideias, destacando a expectativa de um excelente trabalho a ser realizado, e expondo que em um futuro próximo, o professor Tadeu Pissinatti revelará alguns dos diversos projetos a serem implementados. O Presidente, visando dar celeridade à reunião, e considerando que o prof. Célio Maioli, relator do item 2, ainda não está presente, abre o **item 3** e passa a palavra para o dirigente André, que relata que o *campus* Montanha trabalhou nessa proposta durante um ano e meio. Destaca que os diretores presentes conhecem a luta do *campus*, enfatizando que a maior preocupação foi ofertar um curso que pudesse funcionar sem a dependência de novas vagas para docentes, visto a dificuldade em consegui-las. Destaca que, diante desse cenário, optou-se por um curso tecnólogo com duração de 2 anos. Relata que o conselho de administração manifestou sua preocupação com a inserção no trabalho do egresso na região norte do Espírito Santo, uma vez que as grandes empresas concentram-se no centro e sul. Divulga que, em resposta, apontou que o foco do curso é a parte ambiental e a rural, destacando que os produtores rurais e órgãos públicos, principalmente na região norte, tem poucas informações sobre isso, e que o curso pode proporcionar, conseqüentemente, uma excelente forma de absorção dos egressos. Enfatiza que o curso se concentra no estudo e avaliação da bacia do rio Cotaxé, explicando que serão ofertadas 40 vagas, anualmente, no turno noturno. Relata que a primeira entrada ocorrerá mediante seleção interna e as subseqüentes serão via Sisu, justificando essa opção no fato de que, assim, as pessoas da região possam ter a oportunidade de participar, visto que 64% da população do norte não tem ensino fundamental. Explica a tramitação institucional do processo, destacando que o investimento será de R\$ 27.777,40, a ser utilizado somente para a aquisição de material bibliográfico, e enfatiza que com esse curso o *campus* Montanha inaugura o 3º turno. A servidora Edília relata que normalmente um curso oferta suas vagas via Sisu, e ao se optar um caminho distinto é necessário ter uma justificativa razoável para se apresentar nas avaliações de reconhecimento. O diretor Aldieris relata que o edital vai ser público, seguindo rigorosamente todas as normas do Sisu, só que serão consideradas as notas locais, destacando que a partir da segunda turma a oferta será via Sisu. Ao ser questionado pelo dirigente Marcelo Polese pela opção por curso tecnólogo e não engenharia, o dirigente André responde que essa opção se baseou na carga horária, informando que para ofertar engenharia seria necessário uma vaga de professor. O dirigente Carnielli relata que há uma dificuldade para as empresas aceitarem o profissional tecnólogo, por isso, aconselha que o *campus* faça um trabalho de aceitação desse profissional nas empresas. O dirigente André relata que durante a estruturação e tramitação do curso, foram realizadas visitas nos sindicatos da categoria, visando minimizar esse problema, enfatizando a considerável contribuição do sindicato de Pinheiros, e destacando que o foco principal do curso é a prática. O Presidente manifesta sua apreciação pela abordagem utilizada pelo *campus* Montanha, ou seja, iniciar um curso de tecnologia, enfatizando que essa é uma excelente estratégia e sugerindo que os demais campi tenham experiência semelhante. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do *campus* Montanha. O Presidente abre o **item 2** e passa a palavra para o professor Célio Maioli que, ao cumprimentar os presentes, relata que inicialmente fará uma contextualização, destacando que a CPA foi criada pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Relata que dentre os órgãos que compõem esse sistema, destaca-se a CPA – Comissão Própria de Avaliação, que se equipara às comissões

externas e às comissões de avaliação, reconhecimento de curso, e também ao Enade, enfatizando o importante trabalho realizado na aferição da educação ofertada pelo Ifes. Destaca que, infelizmente, há um entendimento equivocado pelo qual o trabalho da CPA se resume à aplicação de um questionário anual, e explicou que há muito mais atividades que precedem ao questionário, dentre elas, a criação de indicadores. Relata que a CPA se constitui a partir de comissões setoriais, cujo objetivo é produzir um instrumento de aferição da qualidade e uma ferramenta de auxílio à gestão, por isso, algumas alterações foram propostas, exemplificando-as. O dirigente Aloísio Carnielli critica a duração do mandato, justificando que o período de dois anos é pouco, vide o trabalho de convencimento que deve ser feito para que a pessoa participe, e destaca que quando a pessoa inicia o entendimento das suas atribuições, o mandato finaliza. Ao iniciar questionamentos sobre a utilização do termo “centro de referência”, a dirigente Vanessa explica que se trabalhava com o termo unidade administrativa e para aqueles que possuam alunos, unidade acadêmica. O diretor Tadeu concorda que o termo a ser utilizado seja mais genérico possível, justificando seu posicionamento nas mudanças institucionais que estão ocorrendo, e relata que os polos de inovação não sejam considerados uma unidade acadêmica, visto que os cursos de graduação serão apenas articulados pelo polo. A dirigente Sandra questiona se um aluno penalizado com suspensão, pode ou não concorrer nas eleições. O professor Célio esclarece que, cessada a penalidade, não há impeditivo, e explica que no caso da recondução, esta se dará por meio das eleições. A dirigente Sandra relata que a recondução, nesse caso, é a possibilidade de não se realizar o processo eleitoral, solicitando que seja definido um tempo, ou seja, igual período. O professor Célio reconhece que tanto a condução quanto a recondução deva ser mais transparente e democrática, sugerindo modificar o artigo que versa sobre o assunto. O dirigente Octávio relata que haverá, no *campus* Colatina, uma portaria para normatizar as cargas horárias, expondo suas dúvidas sobre a eficácia de regimentos de órgãos atribuírem cargas horárias aos seus membros, visto que poderá haver conflitos. O Pró-reitor Renato Tannure declara que o texto sobre a carga horária ainda não está finalizado, destacando a tendência institucional de tratar as cargas horárias de comissões esporádicas, assim, acrescenta que é importante que a comissão estabeleça o parâmetro básico. O professor Célio destaca que também se contempla os servidores técnico-administrativos que devem se ausentar do seu local de trabalho para participar da CPA, e enfatiza que a CPA não tem respaldo para acompanhar as ações decorrentes. O Pró-reitor Luciano sugere a utilização do sistema de gestão participativa, em uso na reitoria itinerante, como ferramenta de acompanhamento. O dirigente Edson manifesta a dificuldade em realizar a última avaliação, justificando que a maioria das perguntas não convergem com o PDI, visto que o que está proposto no PDI não é contemplado nas perguntas da CPA. Explica que por causa desses problemas, a avaliação carece de consistência, uma vez que são poucas as respostas que podem ser consideradas. Sugere que, além de usar o instrumento de participação, seja criada uma plataforma de acompanhamento, com acesso público. O professor Célio explica que o instrumento de avaliação está sob processo de alteração para que se torne um instrumento de gestão, por isso, solicita apoio aos Diretores-Gerais e à Prodi, para que a CPA se aproxime dos campi. O Colégio de Dirigentes, após verificar inconsistências nas propostas apresentadas, solicita que o texto seja readequado e, posteriormente, seja submetido a nova apreciação. O Presidente abre o **item 6** e passa a palavra para a assessora processual, professora Layla Gonçalves Hatab que, ao se apresentar e cumprimentar os presentes, relata que a Assessoria Processual, Ouvidoria, Comissão de Ética e Auditoria Interna decidiram elaborar uma apresentação conjunta com o objetivo de indicar as funções básicas de cada setor, visto que foram verificadas dúvidas sobre as atribuições desses órgãos. Explica que não raro os servidores consideram que a Assessoria Processual presta atividades de assessoria jurídica, o que é um erro, visto que esse trabalho, esclarece, é realizado com muita competência pela Procuradoria

Federal do Ifes. Informa que a equipe da Assessoria Processual é também composta pelos servidores Hilbert e Stephany; a seguir, apresenta as atribuições da Assessoria Processual, as quais se dividem em correccionais e de assessoramento aos órgãos de controle, dentre eles, CGU, TCU, MPF e Justiça Federal. Explica que, dentre as atividades correccionais, destacam-se a orientação sobre o aspecto processual dos PiPs, orientação quanto ao aspecto processual das sindicâncias punitivas/acusatórias, gerenciamento de Pads. Relata que nas atribuições ligadas aos órgãos de controle destacam-se o suporte e a interlocução nas auditorias internas e externas, o controle junto aos setores internos pelo cumprimento de prazos em processos judiciais (intermediação do contato entre o Ifes e a AGU), tratamento dos ofícios recebidos do Ministério Público Federal, solicitando que, caso o *campus* receba diretamente um ofício do MP, encaminhe-o à Assessoria Processual. Destaca que, em 2018, foi firmado o primeiro termo de ajustamento de conduta, agradecendo ao empenho e apoio do dirigente Marcelo Polese, e coloca-se à disposição para retornar em uma futura reunião para explicar infrações de menor potencial lesivo. A partir de um questionamento sobre a correição, o Presidente explica que o corregedor do Ifes é o Reitor, destacando que no próprio manual da CGU o tema é tratado como um órgão, isto é, uma corregedoria e que, por isso, solicitou a avaliação de se implantar uma corregedoria no Ifes; no entanto, destaca que esse assunto será tratado futuramente no Colégio de Dirigentes. A seguir, passa a palavra para o presidente da Comissão de Ética, servidor Ricardo Martineli, que ao se apresentar, declara que está em seu segundo mandato na comissão e que conta com os trabalhos da servidora Roseane, visto que o secretário executivo, servidor Robson, está afastado. Relata que a comissão de ética se reúne, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que necessário, destacando que a carga horária é pequena. Divulga que é um trabalho que é realizado arduamente, detalhando-o e explicando que a Comissão de Ética é um órgão consultivo, que visa orientar e aconselhar sobre a ética, apurando condutas, recomendando, acompanhando e avaliando o desenvolvimento de ações de disseminação. Explica particularidades e especificidades do trabalho realizado pela Comissão de Ética, destacando que, apesar da solicitação constante, somente ao final do procedimento é que o denunciante receberá um *feedback* sobre o processo. Declara que não há prazos regimentais estabelecidos para as atividades da Comissão, as quais constituem-se como propostas de melhoria para as condutas profissionais. Dentre as atividades, destacam-se: a elaboração de um plano de trabalho anual, aplicação do código de ética, supervisão do código de conduta da administração federal, e também a função educativa, que se verifica tanto na elaboração de cartilhas de orientação quanto nas visitas aos campi. Explica a legislação que normatiza as ações da Comissão de Ética, isto é, os decretos nºs 1.171/94 e 6.029/07 e também resolução da Comissão de Ética Pública nº 10/08. Finaliza sua apresentação, colocando-se à disposição dos Diretores-Gerais para visitas aos campi, esclarecendo uma dúvida muito comum entre infração disciplinar ou ética, ou seja, toda infração disciplinar é ética, mas nem sempre o contrário, reconhece a dificuldade em se fazer o recorte, por isso, solicita que, em caso de dúvidas, a Comissão de Ética seja acionada. O Presidente agradece a apresentação, acrescentando que, quando há entendimento sobre o trabalho a ser realizado, muitas situações são resolvidas; a seguir, passa a palavra para o ouvidor do Ifes, professor José Maurício que, ao se apresentar, explica que a Ouvidoria é reconhecida como se fosse uma corregedoria, explicando que essa concepção se baseia no fato de que há muitas demandas que solicitam a punição aos servidores denunciados. Relata que, em sentido oposto, a ouvidoria é um setor harmonizador, lembrando as dificuldades que existem nas relações humanas, e destacando que essa primeira conscientização é muito benéfica para as soluções dos problemas. Declara que a Ouvidoria não se preocupa, inicialmente, em apontar culpados, mas sim em entender os motivos da demanda, os quais, não raro, são oriundos de desentendimentos e que geram denúncias motivadas pela raiva,

exemplificando tais situações. Declara que esse momento de apresentação constitui-se como o primeiro contato, colocando-se à disposição para a discussão dos mais variados assuntos que podem afligir os campi e, conseqüentemente, toda a Instituição. Informa que, pelos canais de comunicação *e-sig* e *e-ouv*, são recebidas diversas demandas que se caracterizam, principalmente, por denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e até mesmo elogios. Relata que, no ano passado, o Ifes estava ranqueado entre as dez piores instituições a prestar informações, expondo os motivos pelos quais a Instituição ocupou posição nessa amarga lista, e exemplificando ações que foram realizadas cujo resultado é, atualmente, a ausência de demandas pendentes. Divulga que, dentre as atribuições da Ouvidoria, destacam-se: incentivar a transparência, receber solicitações *e-sig*, receber manifestações *e-ouv*, trabalhar junto aos setores das reclamações/sugestões, encaminhar denúncias e elogios aos setores, acompanhar a divulgação de dados abertos, trabalhar demandas de simplificação. A dirigente Walkyria questiona os desdobramentos das demandas que chegam à Ouvidoria, visto que há denúncias com prazos e outras não. O ouvidor explica que o trabalho da Ouvidoria é verificar, em primeiro lugar, a pertinência da denúncia, o verdadeiro motivo, justificando que é comum as denúncias serem oriundas de desavenças pessoais, acrescentando que, caso haja necessidade do denunciado ter resposta, ela será fornecida, enfatizando que o denunciante sempre recebe as respostas. A dirigente Sandra questiona a possibilidade de se criar Ouvidorias nos campi para pequenos assuntos, tais como reclamações de alunos que não fazem registro no CRA para evitar perseguição, visto que, não raro, esses problemas são divulgados em redes sociais, causando transtornos ainda maiores. O ouvidor Maurício manifesta seu desejo de que todos os campi possam ter uma ouvidoria, visto que tal perspectiva seria muito benéfica para a solução de conflitos institucionais; no entanto, reconhece a dificuldade, vide a carência de vagas para servidores no Ifes, para sua implantação. O Presidente passa a palavra para o servidor Abdo Dias, chefe da Auditoria Interna, que relata que fará uma breve exposição dos trabalhos da auditoria, visto que em junho retornará ao Colégio de Dirigentes para a construção da matriz de risco. Declara que o objetivo principal da auditoria são os recursos financeiros, acrescentando que, por ter princípios e ações regidas pelo direito administrativo, algumas demandas fogem do escopo da Audin, que é basicamente o de assessoramento, visto sua vinculação ao Conselho Superior. Relata que a equipe da Audin está sendo recomposta, explicando que as ações da Audin são realizadas a partir de um plano baseado em uma matriz de risco, que objetiva mapear os Institutos Federais a fim de identificar fragilidades. Relata que o trabalho está sendo bem feito, destacando que o ano já iniciou com algumas auditorias, exemplificando parcerias e enfatizando que a próxima auditoria terá como escopo o ponto eletrônico. A dirigente Vanessa parabeniza a apresentação dos órgãos, relatando que muitas das demandas são frutos de desinformação, assim, acrescenta que o Cefor se coloca a disposição para elaborar cartilhas de orientação, gravação de pequenos vídeos e outras ações que podem facilitar o trabalho dos órgãos institucionais. O dirigente Diemerson relata que já foi membro da Comissão de Ética e conhece os trabalhos que são realizados, acrescentando que gostaria que fosse criado um fórum de correição no Ifes, pois esse modelo não acarretaria maior necessidade de pessoal. Destaca o trabalho realizado pela Reitoria Itinerante, exemplificando que essa linha de procedimento pode ser adotada pelos órgãos para que não haja trabalhos duplicados. Explica que a existência de um guia de procedimentos aprimoraria o trabalho dos órgãos, possibilitando uma ação integrada. Acrescenta que, caso não estejam unidos e sem pensar no fluxo de trabalho, o resultado será deficitário, sugerindo que as instâncias de apuração se tornassem um fórum corregedor e que se elabore um guia de procedimentos. O servidor Ricardo esclarece que o trabalho já está sendo realizado em conjunto, sendo esta apresentação uma amostra dele, destacando que somente não há a nomeação de fórum. O Presidente relata que essa iniciativa teve início na virada do ano passado com o objetivo de

tratar essas questões apresentadas pelo dirigente Diemerson. A assessora Layla destaca que há processos que estão sendo analisados conjuntamente pelos setores. O auditor Abdo destaca o início de interação pela qual se pretende aproximar de fato todas as ações. O dirigente Diemerson manifesta sua satisfação com o trabalho conjunto, mas sugere que se crie transparência com as comissões de Pads. Esclarece que os membros, necessariamente, devem fazer um curso, para que assim, a Instituição possa escolher os membros da comissão a partir de uma lista de servidores, ampliando as ações da comissão, visto que Pad é um processo muito sério, e não se pode, previamente, saber os responsáveis pela condução dos processos. A servidora Roseane relata que o último curso para Pad foi realizado em 2013, do qual foi participante, declarando que, realmente, os processos não podem ficar a cargo de duas comissões, visto que é um procedimento muito trabalhoso, complicado. Acrescenta que o curso de formação não é o problema, mas sim a vontade do servidor em participar, posteriormente, de uma comissão, acrescentando ainda, como complicador institucional, a designação de um servidor exclusivamente para essa função. A assessora Layla compreende as alegações do dirigente Diemerson e as exposições da servidora Roseana, acrescentando que, por não haver uma corregedoria institucional, há um custo altíssimo com diárias, e destaca que a Assessoria Processual está há três meses procurando, sem sucesso, servidores para compor uma comissão de Pad. O dirigente Marcelo Polese, ao se referir ao termo de ajustamento de conduta, informa que a iniciativa não foi do *campus* Piúma, mas que este colaborou ativamente com as informações necessárias e que o resultado foi muito satisfatório. O Presidente abre o **item 7** e passa a palavra para a servidora Lara Rios Bueno, coordenadora da Assessoria Comunicação Social, que informa que essa apresentação tem o intuito de sensibilizar e informar os dirigentes sobre as diretrizes de comunicação nesse ano eleitoral, solicitando também que eles sejam multiplicadores da comunicação nos campi. A seguir, destaca as atividades desenvolvidas pela ACS, as quais procuram estimular a comunicação institucional e propiciar a transparência de suas ações, apresentando os servidores da equipe. Solicita zelo aos dirigentes para com a marca do Ifes, visto sua importância institucional e social, orientando o devido uso. Destaca a produção de textos jornalísticos, publicitários e institucionais, notas e notícias jornalísticas, além de publicidade institucional, como ações principais da ACS, destacando também, atividades em eventos, capacitações em padronização do uso de site, dentre outras. Relata que as capacitações foram realizadas via *web* conferência, acrescentando que o conteúdo está gravado e que, havendo necessidade, elas podem ser disponibilizadas. Apresenta o trabalho de comunicação interna entre os campi e setores institucionais, bem com o relacionamento com outras instituições, e comunicações oficiais em situações de crise. Detalha a política de comunicação que foi construída em 2016 e que baliza todas atividades de comunicação institucional, pela qual é apresentada uma postura e valores que devem ser compartilhados por todos os servidores, enfatizando que, por mais que haja um setor responsável pela comunicação institucional, todo o integrante da Instituição tem que assumir o protagonismo de comunicação. A seguir, passa a palavra para a jornalista Beatriz Toso que apresenta a diretriz para o relacionamento institucional e a imprensa de modo geral, destacando a necessidade de parceria com esses veículos vide a influência que eles exercem na opinião pública, enfatizando que esse relacionamento deve ser pautado na ética, transparência, respeito e profissionalismo. Relata que, na maioria dos casos, a imprensa procura automaticamente a ACS, exemplificando as posturas e ações institucionais para o trato com a imprensa, enfatizando que somente fontes oficiais, isto é, gestores, Diretores-Gerais e Reitor, com o respectivo aval da ACS e devidamente autorizadas pelo Ifes, podem se manifestar sobre temas institucionais relevantes. Relata que, por ser uma Instituição pública, o atendimento à imprensa é uma obrigação institucional, destacando que, somente em casos e situações delicadas, o Ifes se pronuncia por meio de notas. Assim, solicita que quando chegarem demandas aos

campi, o dirigente entre em contato com a ACS ou com o comunicador do seu campi para que sejam elaboradas e fornecidas respostas institucionais. Explica que a relação de transparência está prevista na política de comunicação, exemplificando as ações do Comitê de Crise, e divulgando sua composição. Relata as principais demandas atendidas pela comunicação do Ifes, exemplificando as peculiaridades do trabalho jornalístico, dentre eles, o pouco tempo para se produzir um material informativo, o qual deve verificar a qualidade das fontes. Relata que, como conduta, deve-se evitar: 1) cancelar uma entrevista, quando se é fonte, repentinamente; 2) solicitar para ler a matéria antes de sua publicação; 3) comentários em *off*; 4) gestos e falas grosseiras; 5) difamar pessoas ou outras instituições. Exemplifica recursos sobre erros jornalísticos e a solicitação de direito de resposta e, também, as circunstâncias em que eles devem ser utilizados e seus efeitos práticos. Destaca que, por ser um ano eleitoral, há regras estabelecidas pela CGU que devem ser obedecidas pelas instituições. Relata que essas normas estão destacadas na cartilha que estabelece a conduta dos agentes públicos durante o processo eleitoral, enfatizando que o arquivo foi encaminhado por *e-mail* e que explica, detalhadamente, quem são os agentes públicos, o prazo de desincompatibilização, abuso de poder e autoridade. Expõe as condutas vedadas na cartilha, dentre elas, a propaganda eleitoral antecipada, destacando que, a partir de 7 de julho, os candidatos não podem comparecer à inauguração de obras, enfatizando que essas vedações também se aplicam à Internet. Ao ser questionada pela dirigente Sandra sobre a plotagem de carros particulares, a servidora Beatriz relata que não há proibição. O diretor Tadeu Pissinatti acrescenta que o carro é um bem pessoal, e por isso a plotagem não pode ser proibida, diferente da afixação de cartazes em paredes e murais institucionais. O diretor Augusto César relata que foi solicitado pelo Psol a cessão do auditório do *campus* Aracruz para um seminário partidário que ocorrerá antes do dia 7, questionando a legalidade da cessão. A servidora Beatriz responde que, segundo a cartilha, é proibida a cessão do imóvel. O diretor Tadeu Pissinatti acrescenta que não é permitido o interesse partidário, salvo convenções, destacando que, o debate é permitido. Ao ser questionada pelo dirigente Octávio sobre a possibilidade de um servidor candidato já iniciar campanha, a servidora Beatriz responde que, nesse momento, ninguém pode iniciar a campanha política. Ao ser questionada pelo dirigente Edson, a servidora Beatriz relata que o Ifes orienta que não sejam recebidos candidatos após 15 de agosto, com exceção a debates que sejam realizados nos campi, destacando a recomendação de se realizar palestras com juizes eleitorais. Enfatiza que a publicidade institucional está vedada a partir de 7 julho, de acordo com a orientação normativa do Ifes, solicitando que, para outras informações e esclarecimentos, a ACS seja acionada. Destaca que, a partir de 7 julho, servidores não podem ser removidos, transferidos e demitidos sem justa causa, apresentando, a seguir, as principais vedações e as datas de início de vigência. Ao ser questionada sobre a forma mais rápida de contato, no caso de uma situação emergencial, a coordenadora Lara explica que o celular institucional da comunicação está disponível no site institucional. O dirigente Diemerson declara que foi resolvida uma situação de insegurança no *campus* Vila Velha a partir do uso das redes sociais, relatando que havia problemas de assaltos constantes na região, mas que ao tentar o contato as autoridades responsáveis, era informado da agenda lotada. Assim, acrescenta que gravou um vídeo e postou na Internet, declarando que, por causa da repercussão, as autoridades policiais, no caso, a guarda municipal, entrou em contato com o *campus*. O dirigente Hudson parabeniza a elaboração do texto, e declara que o *campus* Vitória começou a desenvolver um aplicativo de notícias, que se enquadra aos propósitos da política de comunicação, acrescentando que ele está pronto e cujo funcionamento se baseia na captura de informações do notícias Ifes, destacando ser um aplicativo direcionado ao estudante. Relata que ainda há alguns problemas no seu funcionamento, por isso, solicita a ajuda da TI e da ACS para a solução de problemas, dentre eles, anexação de imagens. O

Presidente declara que tanto a TI quanto a ACS vão auxiliar o *campus* Vitória no desenvolvimento do aplicativo. O diretor Tadeu destaca as ações institucionais para a defesa da marca Ifes, enfatizando o valor da marca e exemplificando que uma das ações da incubadora de empresas é orientar o registro imediato da marca. Relata que muitas vezes se conquista o direito ao uso de outra marca, mas que esse valor não pode ser agregado, exemplificando o valor que a marca Embrapii concede ao Polo de Inovação Vitória, solicitando um apoio institucional no uso de marcas. A coordenadora Lara sugere que essa demanda seja encaminhada a ACS. O Presidente destaca que o intuito da apresentação é preparar os diretores para situações que possam ocorrer em um ano eleitoral tão importante como este, em que a Instituição é altamente demandada, destacando que essa iniciativa visa minimizar os problemas ocorridos no passado, declarando que candidatos e parlamentares de alguma forma vão mencionar o Ifes, sendo que alguns deles tem seus trabalhos legislativos relacionados à Instituição. Destaca a importância que deve se direcionada às marcas institucionais, enfatizando que na apresentação do jornal A Gazeta sobre as marcas de valor, no que tange ao ensino técnico, foram citadas tanto o Ifes quanto o Senac, mas que ainda foi lembrado o Cefetes. A seguir, abre o **item 8** e passa a palavra para a diretora Danielli, que relata que a Instituição está avaliando a ferramenta de edição de conteúdo, destacando que há muitos benefícios para as aulas presenciais e apontando alguns problemas para a modalidade a distância; assim, solicita que, após apresentação do senhor Helder Pereira, ela seja analisada pelos dirigentes visto a possibilidade de se aderir à ata de registro de preço. A seguir, passa a palavra para o senhor Helder Pereira que, ao se apresentar e cumprimentar os presentes, relata que a apresentação visa demonstrar os benefícios e facilidades da ferramenta, informando ser o responsável pela implantação dos projetos da empresa *Amigo Technologies*. Inicia um vídeo que apresenta as cidades onde foram realizadas as capacitações e o quantitativo de horas gastas com a formação de professores. Destaca que o diferencial não é a tecnologia pela tecnologia, mas a possibilidade de capacitação de professores para que promovam uma mudança no paradigma da educação. Explica o funcionamento do aplicativo *Amigo* e a proposta do sistema, apresentando vídeos que detalham essas ações. Apresenta a ferramenta *Amigo editor*, explicitando suas vantagens e demonstrando seu funcionamento a partir do portal de conteúdos e editor. A seguir, apresenta o vídeo da gestão do conteúdo que possibilita um acesso rápido, destacando que o maior diferencial é permitir a criação de um acervo científico de uma Instituição, pelo qual seus diferentes campi possam trabalhar em equipes pedagógicas. Destaca ser fundamental o processo de capacitação, explicando que cada plataforma exige 30 horas por professor, além da participação em *workshops* presenciais. Explica que essa vertente de capacitação garante que o sistema principal consiga trabalhar, visto que é um projeto grande, esclarecendo que há três fases para a implantação do projeto. Ao ser questionado pelo dirigente Carnielli sobre o valor a ser gasto na aquisição da ferramenta e na capacitação, o senhor Helder Pereira esclarece que essa questão ultrapassa sua competência. O Presidente declara que se for um projeto que os campi desejem possuir, pode-se transformá-lo em um projeto institucional cujos custos serão assumidos pela Reitoria, destacando que a capacitação gira em torno de 2 mil reais por professor. Declara que a evasão é um dos grandes problemas institucionais, acrescentando que essa ferramenta pode, por meio da tecnologia interativa, proporcionar ao professor a elaboração de uma aula mais dinâmica que desperte o interesse do aluno, enfatizando que o professor produz o material que pode ser acessado pelos demais docentes. O Pró-reitor Renato Tannure sugere que haja uma interação com o IFMA, visto que essa Instituição já faz uso da ferramenta. A diretora Danielli relata que já foi feita uma aproximação com o IFMA por meio do Cefor, destacando que essa interação pode ser feita por outros servidores. A dirigente Sandra questiona o recurso necessário para o uso dessa ferramenta, isto é, laboratório ou celular de aluno, informando que, por ser uma ferramenta interativa, pode ser muito

interessante. O senhor Helder Pereira relata que há muito projetos avançados e explica que as fases servem para minimizar o impacto para o professor, vide a quantidade de informação e, desta forma, seja benéfica tanto para os alunos quanto para os professores. O Presidente solicita que os dirigentes avaliem a ferramenta e que, posteriormente, esse assunto retorne para uma decisão. Relata que, pelo horário avançado, é necessário reorganizar a pauta, sugerindo a possibilidade de retornar após o almoço ou remarcar a continuação da reunião para outro dia. O dirigente José Orlandi declara que a apresentação de seu ponto de pauta é parte necessária de um curso institucional que está fazendo. O dirigente Fábio relata que a resolução sobre a cessão de imóveis residenciais deve ser analisada antes da próxima reunião do Conselho Superior. O Colégio de Dirigentes decide analisar os itens 9 e 5, os demais, ou seja, itens 4 e 10, são transferidos para a próxima reunião. O Presidente abre o **item 9** e passa a palavra para a Pró-reitora Adriana, que relata que o Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006 que institui o Proeja exige que 10% das vagas ofertadas pela Instituição sejam destinadas a essa modalidade de ensino, destacando que está sendo realizada uma ação do Conif e Fórum dos Diretores de Ensino para o atendimento dessa exigência, relatando que no Ifes, poucos campi ofertam Proeja. Relata que será realizado um seminário sobre Proeja no IFGO e que foram disponibilizadas 10 vagas por Estado, considerando que o Ifes é o único Instituto Federal do Estado, essas vagas serão distribuídas pela Instituição. Relata que precisa de um encaminhamento sobre a divisão, enfatizando que somente os campi Vitória, Serra e Santa Teresa ofertam essa modalidade, expondo as dificuldades em se criar novas turmas. Declara que a Proen planeja levar um grupo de pessoas que depois serão designadas para uma comissão que terá a atribuição de planejar, efetivar e avaliar a oferta do Proeja no âmbito institucional, enfatizando que o seminário será realizado nos dias 21,22 e 23 de maio. O dirigente Marcelo Polese sugere que seja disponibilizada uma vaga por região, pois assim, pode-se realizar uma discussão regionalizada, permitindo a disseminação do Proeja. A Pró-reitora concorda com a ideia e declara que encaminhará *e-mail* aos dirigentes para definir a forma de distribuição de vagas e os nomes dos participantes, sinalizando que o prazo é muito curto. O Presidente abre **item 5** e passa a palavra para o dirigente José Orlandi, que relata que o item *Gestão de Incubadora de Empreendimentos de Base Tecnológica e Social no Instituto Federal do Espírito Santo* é o título de seu projeto que está sendo desenvolvido em um curso, fruto de uma chamada pública com parceria Ifes / Setec MEC e Universidade de Berlin Steinbeis. Explica o histórico de formação do curso, destacando que seu projeto está inserido na área de incubação de empresas, cuja justificativa se baseia na construção de um guia de boas práticas para implantação de empresas. Relata que hoje, no Ifes, cada *campus* tem sua própria gestão, procedimentos internos e elaboração de editais, expondo sua preocupação pela qual é necessário agregar valores por meio da padronização. Destaca que seu trabalho se concentra em entregar um processo de gestão e uma proposta para a incubadora. A seguir, explica as ações necessárias para a consecução desses objetivos, ou seja: exploração, ideação, prototipagem, comunicação interna, implementação, marketing e aprendizagem. Relata que o projeto é muito interessante tanto no âmbito institucional quanto no pessoal, manifestando a intenção de que, após conclusão, ele possa ser multiplicado nos campi, disponibilizando as ferramentas. Exemplifica a proposta para o *site* da incubadora, detalhando que não há padronização entre os *sites* de incubadora, sugerindo que haja um *site* na Agifes e que cada *campus* tenha páginas específicas que direcionariam o usuário a partir de seu próprio interesse, destacando que essa proposta proporcionaria padronização, controle de versão de *software* e manutenção centralizada. Destaca que uma das principais ferramentas é a navegação por perfil, pois os *sites* são pouco atrativos, enfatizando a intenção de estimular o usuário a navegar pelo site e seus conteúdos. Dá exemplo de uma empresa incubada no *campus* Serra, em que se percebe o entusiasmo dos proprietários pela aproximação com o *campus* e a intenção de

realizar maiores investimentos, enfatizando a importância da incubadora, tanto para o empresário quanto para o aluno. Relata que, a partir do *site* padrão, seja permitido que aquele *campus* que não tenha incubadora possa oferecê-la por meio da modalidade não residente, explicando suas características. Destaca que o *site* integrado vai ser lucrativo para toda a Instituição, destacando que não haverá perda da identidade e sim um reforço, por meio da padronização. O diretor Tadeu Pissinati elogia a proposta, mas destaca a falta de aproximação com a Agifes e entendimento de que a incubadora do Ifes é a Agifes, sendo que os campi são núcleos. Explica a importância da marca Agifes e coloca a Fábrica de Ideias como uma estrutura facilitadora de ações empreendedoras, disponibilizando os dois servidores de comunicação lotados na fábrica para auxiliar nesse projeto. O Colégio de Dirigentes se manifesta favorável ao Projeto Gestão de Incubadora de Empreendimentos de Base Tecnológica e Social no Instituto Federal do Espírito Santo, solicitando que tão logo seja concluído que os resultados sejam apresentados e aplicados no Ifes. O Presidente declara que o curso que o dirigente José Orlandi participa tem uma disciplina que trata da questão da liderança, divulgando a ação institucional de capacitar os gestores, correlacionando-a com o planejamento estratégico. Divulga que a intenção é que a capacitação seja oferecida na sexta e no sábado, quinzenalmente, sendo o público-alvo: Pró-Reitores, diretores-gerais, diretores sistêmicos. O dirigente Carnielli concorda com a proposta, justificando que esse curso pode ser de muita valia para novos Diretores-Gerais e para a Instituição. O diretor Marcelo Teboldi destaca que um diagnóstico do planejamento estratégico, pelo qual se procurava entender porque algumas ações não tem prosseguimento, foi verificado que uma das principais causas dessa descontinuidade é a liderança, e que essa capacitação é muito pertinente e se encaixa perfeitamente no diagnóstico evidenciado no planejamento estratégico. O Presidente ainda destaca que é uma oportunidade única e que será custeado pela reitoria somente para os dirigentes. Nada mais a tratar, o Presidente declara encerrada a reunião. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.